



OS CONGRESSOS TÊM UM PAPEL DECISIVO NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Eleanor Gomes da Silva Palhano*

As décadas de 70 e 80 representaram o período de emancipação do sindicato perante o Estado, os partidos políticos e os patrões. Esse fato foi impulsionado pela emergência de novos atores sociais (índios, negros e classe trabalhadora) que reivindicavam seus direitos à cidadania diante do Estado. Essa trajetória de luta da classe trabalhadora nacional possibilitou mudanças na legislação e maior democratização dos sindicatos.

A carta constitucional de 1988 estabeleceu autonomia plena aos sindicatos, através das assembléias dos trabalhadores, para reformular seus estatutos. A partir daí, teve início uma nova fase para o sindicalismo no Brasil. Os desafios foram crescendo e, para enfrentá-los com força, era imprescindível não só garantir que um maior número de trabalhadores tivesse o direito de participar do processo, das decisões, como também impedir que o poder se concentrasse nas mãos dos grandes capitais.

* Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Mestre em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Professora da Universidade Federal do Pará.

O processo de redemocratização que amplos setores da sociedade brasileira intentaram desenvolver no Brasil foi marcado por essa retomada do movimento sindical em conjunto com generalizadas lutas no seio da sociedade nacional que foram surgindo na medida em que se agravava o quadro político-econômico do país em meados dos anos 70 e 80:

O início da *abertura* brasileira, no exato momento em que se faziam sentir os efeitos do primeiro “choque do petróleo” e, sobretudo, sua continuação até a primeira metade dos anos 80 (Lamounier, 1985, p. 123)

A aglutinação dos trabalhadores nos sindicatos e centrais sindicais e seu fortalecimento têm constituído um desafio para a classe trabalhadora em sua luta contra a exploração capitalista, pois como se observa em Lamounier, a exclusão dos sindicatos, das lideranças populistas e dos agrupamentos de esquerda não deixa dúvidas quanto à ruptura com os padrões de competição política prevaletentes durante os anos cinqüenta, até a queda de João Goulart em 1964.

Foi um longo período de silêncio, de transição, iniciado a partir das promessas de abertura, de distensão do governo Geisel e das lutas encetadas pela sociedade civil, que irá concretizar-se com o restabelecimento da democracia no País na passagem entre o governo Figueiredo e a emergência da Nova República, no “contexto geral de mudança de rumos do estado, para um novo período de liberalização e distensão controlada da sociedade (...)”¹ Nesse processo, as situações adversas permanecem. Até a Carta de 1988, os funcionários públicos, entre eles os professores, eram proibidos de se sindicalizar. Embora não dispusessem de recursos para a organização de máquinas sindicais, as associações se organizaram de forma particular.

A proibição da sindicalização dos funcionários públicos, desde os primórdios da legislação trabalhista, determinou uma organização fragmentada dos professores de 1º e 2º graus. Os que trabalhavam nas instituições privadas podiam se associar a sindicatos, que se reuniam numa federação própria. As entidades dos professores de 1º e 2º graus das redes públicas de ensino filiavam-se à Confederação de Professores do Brasil- CPB. Em janeiro

¹ Cf. Maria Helena Moreira ALVES, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 178.

de 1989, o congresso da CPB aprovou a mudança do nome da entidade para Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE, processo que culminou, um ano depois, com a incorporação de três entidades: a Confederação Nacional de Funcionários de Escolas Públicas – CONAFEP, a Federação Nacional de Supervisores Educacionais – FENASE, e a Federação Nacional de Orientadores Educacionais.²

Segundo Palhano (2000), os efeitos da política econômica, somados aos da política repressiva e coercitiva dos governos militares, fizeram com que a classe trabalhadora enfrentasse inúmeras dificuldades de sobrevivência e de organização nos sindicatos, partidos políticos e demais instituições de representação coletiva. Conseqüentemente, os sindicatos e associações, por força da repressão, passaram a atuar estreitamente atrelados aos órgãos governamentais, desenvolvendo uma prática de conciliação e cooptação.

O movimento do professorado se insere nesse processo de deterioração da qualidade de vida da classe trabalhadora brasileira. É esse processo, em contrapartida, que acaba por fazer com que os trabalhadores tenham de vir a enfrentar os desafios da reconquista de suas entidades de classe – uma das principais armas na luta contra a exploração capitalista.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) representa a visibilidade política da categoria, sendo que ao longo de sua história de luta, foi protagonista de um inovador viés político-institucional dos docentes do ensino médio e fundamental.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DÀ CONSTRUÇÃO DE UM SINDICATO LIVRE

As origens sindicais para a criação do SINTEPP vêm no início de 1979, um grupo de professores públicos de 1º e 2º graus, avaliando as condições de ensino da cidade de Belém e do Estado do Pará – insuficiência de vagas, escolas sem material didático, carteiras quebradas, inexistência de água em algumas escolas, salas superlotadas, baixos salários, não pagamento do 13º salário mínimo, falta de registro de emprego na carteira do trabalho de, não pagamento do salário-família e o clientelismo político que transformava as escolas de Belém em verdadeiros cabides de emprego utilizados para interesses políticos, e outros

² Cf. Luiz Antônio CUNHA, *Educação, Estado e democracia no Brasil*, p. 73.

direitos trabalhistas não cumpridos pelo Estado para com os professores .Esses problemas mobilizaram a categoria para construíram um espaço de crítica e luta em defesa dos interesses dos professores.

Esse momento histórico em que a sociedade brasileira buscava redefinir o seu espaço político, procurando novas formas de organização – ainda fundadas em relações políticas conservadoras -, propicia as condições para o surgimento desta organização.

Os governos militares brasileiros, contudo, não suprimiram as organizações sindicais, mas exerceram – recorrendo quase sempre à própria CLT – estrito controle sobre os seus âmbitos de ação. O direito formal de existência e funcionamento dos sindicatos permaneceu vigiando durante todo o período militar, porém destes foram quase completamente subtraídas as suas funções de representação e negociação de interesses, e reforçadas as de cunho assistencial.³(Comim, p. 363)

No Estado do Pará, um grupo significativo de professores iniciou um processo de discussão acerca da criação de uma entidade que tivesse como objetivo mobilizar a categoria na defesa de seus interesses. Com número cada vez maior de participantes nessas discussões, cerca de 200 professores da rede pública do Estado do Pará decidiram na assembléia realizada no dia 13 de maio de 1979, no Instituto Pastoral Regional – IPAR, fundar a Associação dos Professores do Estado do Pará – APEPA.

Vivia-se no País um momento de mudanças significativas. Por um lado, os trabalhadores metalúrgicos do ABC, “(...) depois de um período de forte repressão e controle governamental dos sindicatos (...)”⁴, criaram formas de luta que marcavam um novo momento na sociedade brasileira.; por outro, a sociedade civil exigia mudanças na política econômica e nas liberdades políticas.

Um período caracterizado por anos difíceis, “(...) o movimento sindical praticamente desaparecera e os sindicatos mergulharam em uma longa fase de silêncio,

³ Cf. Álvaro Augusto COMIN, *A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil*, p. 363.

⁴ Cf Leôncio Martins RODRIGUES, *CUT: os militantes e a ideologia*, p.5.

reforçado pelo recrudescimento dos aspectos autoritários do regime político, que atingiu não apenas os trabalhadores mas toda a sociedade”⁵.

Esse cenário refletia-se também no Estado do Pará, que se encontrava em intensa agitação política, devido às profundas modificações por que vinha passando a administração do País nessa fase pós-mudança.

A sociedade brasileira estava passando por uma transformação gradativa, principalmente no nível político, com reorganização partidária, anistia de presos políticos e retorno dos exilados, além de que, após anos de autoritarismo e eleições regidas pelas leis arbitrárias do regime militar, em 1982.

Nos anos de 80, no plano político institucional, as alterações não foram insignificantes. Essa década anunciou ao plano educacional, em um primeiro momento, uma tendência de retomada de caminhos novos à área; o tema educação volta aos debates políticos.

No Pará, a situação dos trabalhadores e, em particular, dos professores públicos continuava muito difícil. É em um cenário de crise, de disputa política eleitoral que o professorado paraense redescobre o caminho de sua organização política.

(...) os educadores através de suas organizações de luta têm desenvolvido uma verdadeira guerra de resistência às formas corporativistas que o Estado tenta impor a sua ação concreta.⁶

É justamente no bojo dos movimentos reivindicatórios da sociedade civil como um todo, na luta pelos direitos civis, que os(as) professores(as) paraenses do 1º e 2º graus passam a envergar uma construção alternativa de sua prática.

O SINTEPP inicia um processo político que o torna, em certa medida, um organismo de coordenação de lutas sindicais dos professores e de outros trabalhadores. De uma forma geral, observa-se que as lideranças que estiveram à frente do SINTEPP conquistaram visibilidade política na luta sindical; ao mesmo tempo, para o movimento

⁵ Cf. Maria Hermínia Tavares de ALMEIDA, *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*, p. 200.

⁶ Cf. Edmilson RODRIGUES, A luta do educador e a prática pedagógica, *Espaço Educacional nº 1*, agosto de 1991, p. 4.

sindical, há o reconhecimento da presença em cena de um novo protagonista institucional, como nos revelam os congressos.

A partir de junho de 1991, o SINTEPP promoveu debates, assembléias, reuniões por escolas e passeatas para ver aprovado o Regime Jurídico único. Em 1992, foi preterido o projeto do deputado Edmilson Rodrigues (elaborado em conjunto com a categoria) e entrou em votação o que fora elaborado pelo governo. Somente em dezembro de 1993 é que o sindicato conseguiu pôr fim ao processo de votação. Saliente-se que aprovação do RJU não veio como uma dádiva de nenhum governo e, sim, foi uma conquista dos trabalhadores. Assim como o Estatuto do Magistério, em 1986, o Regime Jurídico Único, de 1993, representa um marco na trajetória sindical no Estado do Pará

Em 1993, o SINTEPP intensificou a luta já iniciada pela democratização da educação pública, gratuita e de qualidade. Também fazia parte da pauta de reivindicações das greves realizadas a democracia no interior da escola. Também os estudantes estiveram empenhados na defesa desta bandeira, inclusive obtendo vitórias, como foi a reconstrução dos grêmios livres escolares.

O SINTEPP, avalia que os problemas educacionais são decorrentes da ineficácia e da improdutividade da escola, e como resultado o que se observará o governo passa a defender uma proposta de municipalização do ensino, que se caracteriza como um ensaio de privatização em médio prazo.

Durante a década de 90, reiniciam-se as lutas por um piso profissional do magistério. Precisamente em 1992, o SINTEPP, articulado com o CNTE e outros movimentos sindicais docentes, pressionam o Ministério da Educação para a definição deste piso. Essa articulação possibilitou a discussão, em 1993, para a elaboração do plano decenal de educação.

Em agosto de 1994, ocorreu uma assembléia geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP. Estavam presentes no plenário, além dos servidores, vários alunos e representantes de comunidades.

- protestaram contra Almir Gabriel, governador do Estado, e Fernando Henrique Cardoso (nos dias de 19 de abril e 1 de maio de 1996);

- denunciaram o massacre dos sem-terra; realizaram uma jornada de luta que começou dia 30 de abril com uma vigorosa passeata que culminou com a ocupação pacífica da Secretária da Fazenda.

Enfim, depois de uma greve de nove dias, o governo reabriu negociações. É nesse quadro, como um sindicato consolidado, com 146 subseções⁷ no interior, com sede própria.

Ao longo de sua história, o SINTEPP organizou-se democraticamente por quase todo o Estado. É por meio dessas instâncias que os trabalhadores em educação se organizam, elegem, entre os vários segmentos, seus representantes de escolas, membros do CR de subseções, da Coordenação Estadual, delegados para os congressos Nacional, Estadual e Municipal, participam de reuniões, seminários e encontros estaduais de educação e também assembleias, nos quais as decisões da maioria são acatadas por todos.

Como se pode constatar, o Congresso possibilita a produção de sínteses de lutas e a compreensão de como são construídas. Os temas mais trabalhados nos Congressos, nesse período, evidenciam uma articulação interna e externa. No que tange ao âmbito interno, ressalte-se que é a própria militância que avalia o seu nível de compreensão da problemática que atinge a população brasileira; no plano externo, se expressa em algumas lutas que a categoria promove, junto com os trabalhadores do mundo.

Cabe ressaltar que os Congressos foram importantes, na medida em que possibilitam uma discussão ampla sobre questões políticas do País no interior da categoria. Os Congressos possibilitam aos participantes, atores do processo, a construção de relações políticas mais sólidas com os problemas da Amazônia.

Como evidenciam estudos específicos, dentre os quais o de Kruppa (1992), o movimento sindical docente tem contribuído decisivamente, ao longo desses últimos anos, para que os professores tomem consciência de sua situação profissional e de seu papel enquanto trabalhadores e educadores. A compreensão de seu papel político é condição necessária para que se entendam como produtores de condição de mudança, na escola e na sociedade.

Os desafios não são pequenos, como se vê. Mas a história universal mostra em diversas situações como a classe trabalhadora tem conseguido responder aos anseios de seu

⁷ Dados referentes ao ano de 1997.

tempo. Organizados em sindicatos combativos, os trabalhadores em geral, e os professores/trabalhadores em educação em particular, têm a possibilidade de deixar sua marca mais uma vez gravada na história, na luta por uma sociedade verdadeiramente democrática e mais justa do ponto de vista social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB`SÁBER, AZIZ. *Metropolização e Globalização: desafios e reposição conceitual*. In: *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T.de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: *Sociedade e Política no Brasil pó-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4. ed. Petrópolis:Vozes, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 2. ed. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1988.
- _____. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BLASS, Leila Maria da Silva. O dito e não dito nas propostas dos trabalhadores, sindicatos, governos e empresários. In: *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.
- BOITO JUNIOR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: HUCITEC, 1991.

- BÓGUS, Lucia M. Machado et al. *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. A difícil negociação do emprego em diversos espaços de ação sindical. In: *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CHAIA, Miguel Wandy. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1995-1990*. Ibitinga: Humanidades, 1992.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação pública: os limites do estatal e do privado. In: *Política Educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa?. In: *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.
- D'INCAO, Maria da Conceição e BOTELHO, Moacyr Rodrigues. *Movimento social e movimento sindical entre os assalariados temporários da agroindústria canavieira no estado de São Paulo*. In: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- DRAIBE, Sônia Mirian. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos 90. In: *Lições da década de 80*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Genebra: UNRISD, 1995.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- EVERS, Tilman. Os movimentos sociais urbanos: o caso do “Movimento do Custo de Vida”. In: *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982.

- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. In: *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In: *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *A vanguarda operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GORENDER, JACOB. *A vigência d' O Capital nos dias de hoje*. In: *Marxismo Hoje*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *Teoria da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JACOBI, Pedro R. *Movimentos sociais urbanos numa época da transição: limites e potencialidades*. In: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- KECK, Margaret. *O "novo sindicalismo" na transição brasileira*. In: *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEITE, Márcia de Paula. *A classe operária e a questão sindical*. In: *Processos e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.

- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Notas sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a Organização Política*. In *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LOBO, Elisabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- LOWY, Michael. *Romantismo e Marxismo*. In *Marxismo Hoje*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MANFREDI, Sílvia Maria. Educação Sindical no Brasil nas décadas de setenta e oitenta: a construção de um modelo próprio. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: SCRITTA, 1994.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Trad. Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: CHED, 1980.
- MÓISES, José Álvaro. *Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953/54*. São Paulo: Polis, 1978.
- _____. Qual é a estratégia do Novo Sindicalismo? In: *Alternativas Populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- MONLEVADE, João A. C. de. O movimento sindical tematiza a questão educacional. In: *Sociedade civil e educação*. Campinas, SP: Papyrus: Cedes, SP: Ande: Anped, 1992.
- MORAES, Antonio Carlos. *A crise do Estado e as políticas neoliberais*. In. *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MORAES, Ignez Navarro & CONTI, Rosemary. LDB: significado, limites e perspectivas. In *A educação e os trabalhadores*. São Paulo: Scritta, 1992.
- MOREL, Mário. *Lula o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de contagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. As greves e estratégias sindicais no Brasil. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: SCRITTA, 1994.

- OLIVEIRA, Antonio Mello de. *SINDIGRAF- DF, 25 anos de História*. Brasília: SINDIGRAF-DF, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- _____. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O movimento operário em São Paulo – 1970-1985*. In: *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.). *Política Educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PEREIRA, Armand F. *Sindicalismo Internacional: Dilemas e Propostas*. In *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.
- PETRAS, James. Os intelectuais em retirada. In *Marxismo Hoje*. São Paulo: Xamã, 1996.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás: o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Marco Zero / Studio Alfa, 1982.
- _____. *Amazônia o anteato da destruição*. Belém: Grafisa, 1977.
- POCHMANN, Marcio. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 50. São Paulo, 1998.
- _____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROLDÁN, Martha. *Procesos de mundializacion-regionalizacio sócio-economica, trayectorias de internalizacion de EMNs (Empresas Multinacionales) y desafios a la accion sindical el complejo automotriz em la Argentina'Fin de Siglo*. In *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.
- RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.
- _____. A trajetória do novo sindicalismo. In: *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industria e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia, 1966.
- _____. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: *O sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SALLUM JUNIOR, Brasílio. Transição Política e crise de Estado. In: *Lições da década de 80*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Genebra: UNRISD, 1995.
- SECOLI, Tarcísio. *Reestruturação produtiva e a crise do emprego: novos temas para negociações coletivas*. In *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1998.
- SERENO, Marcelo. *A hora do sindicato orgânico*. In. *Dilemas da atualidade: globalização, neoliberalismo, crise do Estado, reestruturação produtiva, questão agrária e desafios do sindicalismo*. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 1997.
- SILVA, Roque Aparecido da. *Comissões de fábrica e autonomia dos trabalhadores*. In. *Processos e relações do trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, s/d.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, s/d.
- SIMÕES, Carlos. *Direito do trabalho e modo de produção capitalista*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre” : interpretação crítica da economia brasileira*. 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SINDICALISMO docente, Estado y Educacion en América Latina. *Informe de seminário*. Santiago, febrero 1989.
- SKIDMORE, Thomas. *A lenta via brasileira para democratização: 1974-1985*. In. *Democratizando o Brasil*. Trad. Ana Luíza Pinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SOUZA, Aparecida Néri de. *Sou professor, sim senhor!: representações do trabalho docente*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- TUMOLO, Paulo Sergio. A CUT e a formação profissional: esboço de análise crítica. In. *Trabalho & Crítica*. N.1. Anuário do GT Trabalho e Educação; Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Set. 1999.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4 ed., rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- ZANETTI, Lorenzo. *O Novo Sindicalismo Brasileiro: Características, Impasses e Desafios*. Rio de Janeiro: FASE, 1995. 62 p.